

PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Verônica Soares Fernandes
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
veronica.fernandes@fundaj.gov.br

INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico (PPP) é um dos instrumentos essenciais à gestão democrática no ambiente escolar, ao criar possibilidades de mudanças nos resultados pedagógicos, culturais e sociais, além buscar alternativas para os problemas acumulados. É uma proposta que parte da realidade identificada e que demanda o envolvimento e comprometimento da comunidade escolar com a busca de superação e implementação de mudanças essenciais.

Respaldo na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/1996), o PPP é uma ferramenta estratégica de planejamento, norteadora das ações da escola, e sua construção demanda espaços de participação e tomada de decisão com a participação da comunidade escolar. Os espaços criados no processo de construção do PPP são de sensibilização, descoberta e aprendizagem, e, dessa forma, há necessidade de uso de uma metodologia adaptada aos mais diversos contextos escolares.

O presente trabalho objetiva contribuir com o debate sobre a importância e possibilidades de criação de espaços participativos da comunidade escolar na construção do PPP na escola, a partir de referências bibliográficas.

VANTAGENS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A democratização da escola implica o aprendizado e a vivência do exercício da tomada de decisão de forma participativa. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica de cada sistema de ensino, de cada escola.

Vale compreender que esse processo não se efetiva por decreto, portarias ou resolução, mas é resultante da concepção de gestão e de participação que o norteia. Pensar a democratização implica a compreensão da cultura da escola e a articulação com as relações sociais mais amplas. A construção de um processo de participação envolve relações de cooperação, compartilhamento do poder e

sensibilidade, e com isso há necessidade de exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, liberdade de expressão e perspectivas de projetos coletivos.

As desigualdades presentes no século XXI, como a no campo educacional, segundo Gentili (2009), reproduz a desigualdade social quando, mesmo diante da ampliação do tempo escolar dos pobres, os ricos também o fazem e em melhores condições, o que proporciona a manutenção ou constância dessa desigualdade.

Nesse aspecto, para Dubet (2004), a desigualdade é construída ao longo do processo educacional, entre os sexos e entre os grupos sociais, persistindo vantagens decisivas dos mais favorecidos. O autor destaca condicionantes, como: a) há influência direta no apoio e orientação a partir da participação e condições sociais dos pais; b) nas escolas onde estudam os mais pobres, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes e menos informadas. Além disso, o discurso de que os alunos fracassam por sua responsabilidade, pois a escola lhes deu, *a priori*, todas as chances para ter sucesso, como os outros, contribui para a baixa autoestima e manutenção ou ampliação dessa desigualdade.

É nessa realidade, em que muitas questões sociais afetam o educando, que a escola está inserida, principalmente a pública, por onde passam 79% dos estudantes da educação básica (INEP, 2021). O PPP é um instrumento essencial para que a escola cumpra sua função social e contribua com a superação das desigualdades.

Algumas das vantagens de uma metodologia participativa na construção do PPP são: maior comprometimento do grupo com as decisões tomadas; minimizam-se as ações sem adesão; estimula a formação de lideranças em todos os níveis; exercício da cidadania e da participação; informações atualizadas, subsidiando as ações; e compromisso da comunidade escolar com a escola.

Algumas das características do PPP são: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo,

voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão (VEIGA, 2001).

O PPP é um instrumento político, por demandar opção, decisão política, a que se subordinam objetivos, estratégias, recursos. Optar pelo caminho a seguir implica reconhecer as possibilidades e os limites dessas decisões. Além disso, considera a organização como um todo: sua razão de existir; demanda e contribuição social, seu fazer social, atuando na manutenção ou superação das desigualdades (KRAMER, 2006). É pedagógico por possibilitar a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo (VEIGA, 1998).

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PARTILHAMENTO DE DECISÕES

A tomada de decisão partilhada exige a criação de espaços e o uso dos já existentes como conselhos escolares, conselho de classe, representantes de estudantes, de pais e responsáveis, e outros que possibilitem um maior intercâmbio de ideias.

Tomar decisões em conjunto exige habilidades comunicativas, confiança, além do reconhecimento de que há maior possibilidade de êxito e de comprometimento das equipes com esse processo. A vantagem do trabalho em conjunto é que as soluções podem surgir de onde menos pensamos.

Uma proposta metodológica de construção do PPP participativo necessita incluir grupos formados por cada um dos segmentos da comunidade escolar (estudantes, pais e responsáveis e servidores). Esses grupos podem ter papéis diferenciados nas etapas dessa construção, mas é fundamental que contribuam e sejam informados do andamento do processo, com a criação de canais que deem visibilidade e transparência, tanto na elaboração como na implementação das mudanças no ambiente escolar.

Podem ser elencados como principais desafios para que a participação seja efetiva: 1) a sensibilização da comunidade escolar para a importância desse movimento para a escola e para os envolvidos, por se tratar de um processo pedagógico; 2) a comunicação e entendimento de concepções, que, *a priori*, podem estar distantes, mas que, com a continuidade, serão essenciais para o aprimoramento do planejamento participativo; 3) o comprometimento com a

implementação das decisões irá depender da adesão à participação nas várias etapas da construção do PPP; 4) a vontade política da equipe de gestão na condução de processos participativos que demandam negociação, delegação, abertura para novas aprendizagens e domínio de metodologias participativas.

Com a pandemia de Covid-19 e a expansão do uso das tecnologias para a comunicação, foram abertos novos espaços de interação social, com ferramentas que podem facilitar a participação da comunidade escolar e a divulgação da produção em cada etapa da construção do PPP.

CONSIDERAÇÕES

O PPP é uma grande oportunidade de encontro da comunidade escolar para análise e busca de superação dos problemas vivenciados, de aproveitamento de suas potencialidades, mas acima de tudo, de aprendizagem conjunta do decidir, do avaliar e do expandir as possibilidades de respostas às demandas locais. O movimento criado com um PPP participativo tende a ser decisivo para o comprometimento com mudanças que favoreçam uma maior convergência da escola com sua função social.

REFERÊNCIAS

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica. Acesso em: 3 ago. 2021.

KRAMER, Sônia. Direitos da criança e o projeto político-pedagógico de educação infantil. *In*: BASÍLIO, Luis Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 51-82.

VEIGA, A. Ilma Passos (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

VEIGA, A. Ilma Passos. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.